

CARLOS ALEXANDRE
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Fake áudio

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mandou excluir uma série de publicações com áudio falso do presidiável Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que sugere que o petista queria assassinar Antônio Palocci, ex-ministro da Casa Civil no governo Lula. As publicações suspensas estão no Twitter, Facebook, YouTube, TikTok, Kwai e Gettr, além de sites de apoiadores do presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL). Entre os posts impugnados estão tweets dos perfis do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do cantor Roger Moreira, do Ultraje a Rigor.

Outros tempos

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa gravou um vídeo no qual manifesta apoio à candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A gravação será veiculada pela campanha do petista. Barbosa foi indicado por Lula em 2003 ao STF. Anos depois, foi relator da ação penal 470, que trouxe a público o escândalo do mensalão.

Queixa recebida

Por maioria, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu a queixa-crime apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso contra o ex-senador Magno Malta pelo crime de calúnia.

Em junho, Malta disse falsamente que o ministro “batia em mulher” e respondia a dois processos por isso. Logo após a fala, Barroso declarou, em nota oficial, que foram feitas em 2013 falsas acusações, já arquivadas, e que não havia veracidade na declaração do ex-senador. O STF acompanhou o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que considerou presentes os requisitos para o recebimento da queixa.

A escalada da radicalização

A poucos dias da eleição, os presidiáveis elevaram o tom da disputa e partiram para ataques pessoais e agressivos. “Mentiroso” e “nazista” são alguns dos termos empregados pelos concorrentes, que deixaram de lado qualquer decoro nesta reta final da campanha. É natural que, com a proximidade da hora decisiva, os ânimos fiquem exaltados. Mas, considerando-se os prognósticos da maioria das pesquisas eleitorais, a refrega presidencial parece se concentrar em torno de um percentual ínfimo de votos, que seriam provenientes de eleitores que não pretendem votar em Lula nem em Bolsonaro. É a tal busca pelo voto útil.

A radicalização pouco contribui para uma escolha consciente neste 2 de outubro. Espinafrar o adversário não parece ser a melhor estratégia para conquistar alguns votos adicionais. Mas os candidatos demonstram que vão intensificar os ataques. Essa situação não costuma trazer bons resultados. Votar com o fígado não é boa solução. O Brasil está pagando caro — vide os casos de violência política — por causa da polarização política. Enquanto os políticos insistirem em táticas de guerra para vencer nas urnas, eleitores continuarão a ver como inimigo aquele que pensa diferente ou tem preferência por outro candidato.



Guerra dos 100 anos

Enquanto o governo Bolsonaro impõe sigilo de 100 até às visitas à primeira-dama Michelle Bolsonaro, o ex-presidente Lula promete jogar luz sobre os segredos no Planalto. “Vou acabar com o sigilo dele no primeiro mês. Ele fez o decreto do sigilo e vou decretar o fim”, disse o ex-presidente.

A receita de Alckmin

O vice-candidato à Presidência Geraldo Alckmin (PSB) afirmou ontem que o agronegócio brasileiro precisa de acordos internacionais para não ficar dependente da China. Disse também que o país necessita de produção nacional de fertilizantes para não depender de empresas instaladas no Canadá, na Noruega e na Rússia. Alckmin tem sido uma ponte para aproximar Lula do agronegócio, segmento que, majoritariamente, apoia o presidente Jair Bolsonaro (PL).



Tem uma questão muito séria que foi a maneira como o Lula tratou a herança recebida pelo governo FH. Ele diz que foi uma herança maldita. Não adianta ele levar o Geraldo Alckmin e continuar dizendo que pegou um Brasil destruído, porque não é verdade. Isso é um desrespeito com todo mundo que trabalhou no Plano Real”

Elena Landau, economista da campanha de Simone Tebet (MS)

ELEIÇÕES



Tribunal de Contas da União fará a checagem de 540 equipamentos eletrônicos no país em 2 de outubro, mas resultado só será divulgado se houver contestação em relação à apuração do Tribunal Superior Eleitoral

Auditoria de urnas em tempo real

» LUANA PATRIOLINO

Em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Tribunal de Contas da União (TCU) informou que fará auditoria em tempo real, de 540 urnas eletrônicas em 2 de outubro — data marcada para a votação em primeiro turno. A declaração foi dada, ontem, pelo presidente em exercício do TCU, Bruno Dantas, durante coletiva de imprensa.

De acordo com o ministro, o TCU vai usar 4.161 boletins das 540 urnas que serão impressos e fixados na porta de cada seção eleitoral no dia do pleito. “Por ofício, nós requisitaremos do TSE os boletins de urnas físicos. Nós queremos o boletim de urna físico que foi afixado na porta de cada seção eleitoral, no momento em que se encerra a votação”, destacou. “Então, o TSE enviará para o tribunal, e isso pode levar alguns dias, porque imaginem: o sorteio pode indicar, por exemplo, uma seção eleitoral em um município distante do Amazonas”, completou.

A checagem do TCU ocorreu em outras eleições, mas, neste ano, o diferencial é justamente fazer a auditoria em tempo real. O resultado da avaliação, porém, deve levar cerca de um mês e fará parte de um parecer relacionado à fiscalização da eleição no Brasil. E só será divulgado se houver alguma contestação em relação ao resultado anunciado pelo TSE.

Segundo Dantas, o órgão disponibilizará 111 auditores para a fiscalização dos equipamentos nas seções eleitorais. O ministro ainda afirmou que o procedimento segue normas



Posso afirmar que se os boletins de urna são recolhidos a partir de um sistema que foi instalado em todas as urnas, é absolutamente natural que o resultado das Forças Armadas seja igual ao do TCU”

Bruno Dantas, presidente em exercício da Corte de contas

internacionais. “Quando o boletim de urna chegar, vamos fazer uma comparação com o resultado informado no sistema do TSE. Será uma amostra eleitoral nacional. Tudo isso porque seguimos padrões internacionais de auditoria”, explicou.

O cálculo leva em conta a proporcionalidade de cada estado. “Como decorre da população de cada estado, São Paulo terá mais urnas auditadas do que o Amapá, por exemplo. A Bahia terá mais urnas auditadas do que o Sergipe, por exemplo. Exatamente para garantir que essa amostra seja representativa do eleitorado nacional”, detalhou.

Antonio Augusto/Secom/TSE



Presidente em exercício do TCU, Bruno Dantas se reuniu com o presidente do TSE, Alexandre de Moraes

Militares

O anúncio de Dantas aconteceu após reunião com o presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Na pauta, as auditorias das urnas e as sugestões das Forças Armadas sobre uma contagem paralela de votos. No entanto, o presidente do TCU não comentou na coletiva a respeito dos pedidos do Ministério da Defesa.

Conforme Dantas, partiu dos auditores do TCU a proposta de realizar a inspeção adicional. “Não estamos fazendo apuração, exatamente por isso não divulgaremos números e não divulgaremos essa checagem imediatamente”,

justificou. “Posso afirmar que se os boletins de urna são recolhidos a partir de um sistema que foi instalado em todas as urnas, é absolutamente natural que o resultado das Forças Armadas seja igual ao do TCU. Rigorosamente, não temos interesse em contrapor quem quer que seja. Mas, se tiver divergência, saberemos os critérios que os nossos auditores adotaram”, concluiu.

Tradicionalmente, os militares atuam nas eleições no apoio logístico e no transporte de urnas eletrônicas, pessoas e materiais para locais de difícil acesso. No entanto, desde que foram inseridas no processo, por meio

da Comissão de Transparência das Eleições (CTE), as Forças Armadas passaram a enviar sugestões para o pleito e a questionar o sistema de votação. A postura dos militares reitera as investidas do presidente Jair Bolsonaro (PL), que coloca em dúvida a segurança das urnas eletrônicas, sem apresentar provas de fraudes.

Desde que assumiu o comando do TSE, Moraes tem feito reuniões institucionais e dialogado com os militares. O encontro com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, foi um dos primeiros da agenda do ministro como novo presidente do tribunal.

Alvo em Moraes

Um grupo minoritário de delegados aposentados da Polícia Federal pediu à Procuradoria-Geral da República (PGR) que investigue suposto abuso de autoridade do ministro Alexandre de Moraes e do delegado Fábio Shor em razão da operação que mirou empresários bolsonaristas que estariam defendendo um golpe de Estado em caso de vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições.

O pedido dos aposentados da PF esbarra em uma questão legal: não se pode investigar ministro do Supremo sem autorização da própria Corte. É uma previsão expressa da Lei Orgânica da Magistratura (Loman).

Um dos pontos sustentados pelos 131 delegados que assinam a representação é a apuração se dar sem participação da PGR. A operação contra os aliados do presidente Jair Bolsonaro — aberta em 23 de agosto — provocou uma queda de braço entre o Supremo e a cúpula do Ministério Público Federal. A Procuradoria já pediu o arquivamento do caso, solicitação negada por Moraes em razão de descumprimento de prazo. O órgão agora insiste em enterrar o caso junto ao plenário da Corte máxima.

A iniciativa dos agentes aposentados não foi reconhecida pela Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal. Tania Prado, presidente da Fenadepol, diz que a “representação formulada por um grupo minoritário de delegados da Polícia Federal aposentados à PGR não representa a opinião da categoria”.